

A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UNIRIO E SUA INSERÇÃO NAS REDES SOCIAIS

Eliezer Pires da Silva¹
Priscila Ribeiro Gomes²

RESUMO: Esta comunicação é fruto de experiências acadêmico-administrativas vivenciadas a partir de maio de 2017, e tem como objetivo apresentar as atividades didático-acadêmicas do curso de Arquivologia da UNIRIO e sua recente inserção nas redes sociais. Percebe-se que a presença da Escola de Arquivologia nas redes sociais aponta para um espaço em que se (re)produz tanto a preocupação com os arquivos, como a competência para o trabalho arquivístico, fazendo assim circular as diferentes representações da Arquivologia como área do conhecimento, visando fortalecer a comunicação entre os membros da Escola, e sua comunidade ampliada, com ações a partir de postagens nas redes sociais. Busca-se a partir de um estudo bibliográfico, problematizar como o curso de Arquivologia da UNIRIO se insere nas possibilidades que as redes sociais apresentam para a comunicação contemporânea, entendendo que as redes sociais são uma dimensão da conexão contemporânea entre as pessoas ou organizações, por intermédio de relações nas quais valores e objetivos são compartilhados cada vez mais a partir do sistema global de redes interligadas de computadores com usuários no mundo inteiro. A característica de abertura e relacionamentos horizontais entre os participantes aponta para uma força na direção das redes sociais se constituírem em espaço fundamental de conformação e reprodução de identidades na contemporaneidade. Conclui-se que as redes sociais têm contribuído não apenas para divulgação de eventos, mas vêm se apresentando como uma estratégia importante nos processos de ensino e aprendizagem, estimulando mais autonomia ao discente e uma maior interação entre professores e alunos.

Palavras-chave: Comunicação contemporânea. Curso de arquivologia. Redes sociais.

THE EXPERIENCE OF THE UNIRIO ARCHIVOLOGY COURSE AND ITS INSERTION ON SOCIAL NETWORKS

ABSTRACT: This communication is the result of academic-administrative experiences that began in May 2017 and aims to present the didactic-academic activities of UNIRIO's archivology course and its recent insertion in social networks. It is noticed that the presence of the School of Archivology in social networks points to a space in which (re) produces both the preoccupation with archives and the competence for archival work, thus circulating the different representations of Archivology as an area of the knowledge, aiming to strengthen the communication between the members of the School, and its extended community, with actions from posts in social networks. It is searched from a bibliographical study, to

¹ Doutorado em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor Adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: eliezerpires@gmail.com.

² Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora Adjunta da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: pri.unirio@yahoo.com.br.

problematize how the UNIRIO Archivology course is inserted in the possibilities that the social networks present for the contemporary communication, understanding that the social networks are a dimension of the contemporary connection among the people or organizations, for in which values and goals are increasingly shared through the global system of interconnected computer networks with users worldwide. The characteristic of openness and horizontal relationships between the participants points to a force in the direction of social networks if they constitute a fundamental space of conformation and reproduction of identities in the contemporaneity. It is concluded that social networks have contributed not only to the dissemination of events, but have been presented as an important strategy in teaching and learning processes, stimulating more autonomy to the student and a greater interaction between teachers and students.

Keywords: Contemporary communication. Course of archivology. Social networks.

1 INTRODUÇÃO

Em maio de 2017 iniciou-se uma nova gestão no curso de Arquivologia da UNIRIO. A proposta da equipe atual é a otimização do atendimento aos alunos; estabelecimento do calendário anual de reuniões; implementação da Comissão Permanente de Autoavaliação do Curso, publicando semestralmente os indicadores; integração estratégica das unidades acadêmico-administrativas que compõem a área de Arquivologia na Universidade; aperfeiçoamentos que emergiram como recomendação do processo de autoavaliação do curso; e, utilização das redes sociais nas discussões e encaminhamentos relacionados aos aspectos acadêmicos e de identidade profissional afetos à comunidade do curso, fortalecendo a comunicação entre alunos e professores.

Esta comunicação tem o objetivo de apresentar a organização didático-acadêmica do curso de Arquivologia da UNIRIO e sua recente inserção nas redes sociais, pautando-se na seguinte questão: como o curso de Arquivologia da UNIRIO se insere nas possibilidades que as redes sociais apresentam para a comunicação contemporânea? Para tanto, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica com autores que problematizam a temática da comunicação no mundo contemporâneo.

2 O CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UNIRIO

A Escola de Arquivologia da UNIRIO oferece o curso de Bacharelado Noturno, que tem como base o tripé: ensino, pesquisa e extensão. Sua finalidade é formar arquivistas e contribuir para o crescimento da área de Arquivologia. Entre 1977 e 2017 foram 1.728 (mil setecentos e vinte e oito) formados.

A Escola de Arquivologia (EA) é uma das unidades que compõem o Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCH) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). A Ordem de Serviço Gabinete da Reitoria - nº 008, de 10 de agosto de 1988, dispondo sobre denominações de órgãos integrantes da estrutura desta universidade, determinou que o “Curso de Arquivologia passa a se denominar Escola de Arquivologia”.

O curso de Arquivologia da UNIRIO apresenta uma trajetória diferente dos outros cursos de Arquivologia do país. Enquanto os demais cursos foram criados em universidades, o curso que hoje é da UNIRIO foi concebido e implantado no Arquivo Nacional, como Curso Permanente de Arquivos (CPA). Em 1977, o curso do Arquivo Nacional foi transferido para a então denominada Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), hoje Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). O curso de Arquivologia da FEFIERJ continuou a ter suas aulas ministradas no espaço físico do Arquivo Nacional até 1979.

O Conselho Federal de Educação estabeleceu o Currículo Mínimo que vigorou de 1974 a 1996, ano da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O Curso de Arquivologia da UNIRIO está em seu sétimo currículo, vigentes nos seguintes períodos: 2º semestre/1974 ao 2º semestre/1978; 1º semestre/1979 ao 1º semestre/1984; 2º semestre/1984 ao 2º semestre/1985; 1º semestre/1986 ao 2º semestre/1990; 1991 até 2006; 2007 até 2013.

Atualmente, o currículo do Bacharelado em Arquivologia da UNIRIO, a partir de 2014, baseia-se no ajuste curricular estabelecido pelas Resoluções da UNIRIO, números 4.032 e 4.033, de 09 de janeiro de 2013. Com base na Resolução da UNIRIO 4.244, de 17 de outubro de 2013, foram incluídas, ainda, as disciplinas LIBRAS, Cultura Afro-Brasileira, Educação Ambiental e Cidadania. Ao todo são 79 (setenta e nove) componentes curriculares, sendo 18 (dezoito) obrigatórios e 61 (sessenta e um) optativos. Os componentes curriculares do curso pertencem a 12 (doze) Departamentos de Ensino:

- 1. 37 (trinta e sete) componentes curriculares do Departamento de Arquivologia (HEA):** obrigatórias – Introdução à Arquivologia; Arranjo e Descrição de Documentos; Classificação de Documentos Arquivísticos; Avaliação de Documentos Arquivísticos; Conservação Preventiva de Documentos; Construção do Pensamento Arquivístico; Diplomática; Estágio Supervisionado I; Estágio Supervisionado II; Estágio Supervisionado III; Gestão da Informação Arquivística; Gestão de

Documentos Arquivísticos; Gestão de Instituições Arquivísticas; Gestão de serviços arquivísticos; Metodologia da Pesquisa Arquivística; Organização Prática de Arquivos; TCC I; TCC II; optativas - Arquivologia e Ciência da Informação; Arquivos Contábeis; Arquivos Médicos; Documentação Audiovisual e Digital; Ética Profissional Arquivística; Gestão Arquivística de Documentos Eletrônicos; Informática Aplicada à Arquivística; Legislação Arquivística; Paleografia; Pesquisa em Arquivística; Políticas de Acesso à Informação Arquivística; Projetos Arquivísticos; Redes e Sistemas de Informação Arquivística; Restauração de Documentos; Seminário de Arquivística I; Seminário de Arquivística II; Seminário de Arquivística III; Tópicos Especiais; Usos e usuários da informação arquivística;

2. **13 (treze) componentes curriculares do Departamento de Processos Técnicos e Documentais (HTD):** Análise da Informação; Estatística aplicada a processos técnicos documentais; Expressão Oral e Escrita; Fundamentos de Inglês Instrumental; Informação, Memória e Documento; Introdução à Ciência da Informação; Introdução à Linguística; Leitura e Produção de Texto; Organização de Conceitos em Linguagens Documentárias; Técnicas de Recuperação e Disseminação da Informação; Tecnologia da Informação e Processos de Automação; Tecnologia de Reprodução e Armazenamento de Documentos; Teoria e Prática Discursiva na Esfera Acadêmica;
3. **8 (oito) componentes curriculares do Departamento Ciências Sociais (HFC):** Administração I; Administração II; Antropologia Cultural; Comunicação; Comunicação Técnica e Científica; Gestão de processos; Introdução à Sociologia; Metodologia Científica;
4. **5 (cinco) componentes curriculares do Departamento de Filosofia (HFI):** Epistemologia; Filosofia da Cultura; Filosofia e Informação na Contemporaneidade; Lógica; Teoria do Conhecimento;
5. **4 (quatro) componentes curriculares do Departamento de Biblioteconomia:** Gestão Estratégica da Informação e do Conhecimento; Organização do Conhecimento II; Organização do Conhecimento I; Teoria da Classificação;
6. **3 (três) componentes curriculares do Departamento de História (HHI):** Cultura Histórica e Documento; História do Brasil Contemporâneo; Memória, Cultura e

Sociedade;

7. **3 (três) componentes curriculares do Departamento de Didática (HDI):** Culturas Afro-Brasileiras em Sala de Aula; Educação à Distância; Língua Brasileira de Sinais;
8. **2 (dois) componentes curriculares do Departamento de Fundamentos da Educação (HFE):** Desenvolvimento das Relações Interpessoais; Educação Especial;
9. **1 (um) componente curricular do Departamento de Fundamentos em Ciências Jurídicas, Políticas e de Administração (JFP):** Direitos Autorais;
10. **1 (um) componente curricular do Departamento de Informática Aplicada (TIN):** Introdução à Ciência da Computação;
11. **1 (um) componente curricular do Departamento de Ecologia e Recursos Marinhos (SER):** Educação Ambiental e Cidadania;
12. **1 (um) componente curricular do Departamento de Museologia:** Acondicionamento de Acervos.

No âmbito da Escola de Arquivologia há o cargo de Diretor e o substituto eventual; a Secretaria, que atende professores e alunos; o Bacharelado em Arquivologia, noturno, que possui o seu coordenador e o substituto; o Núcleo Docente Estruturante – NDE, constituído de seis professores doutores, além de ser presidido pela coordenação do curso; a Comissão de Matrícula, composta por três professores; a Comissão Interna de Autoavaliação do Curso – CIAC, constituída por três docentes, três técnicos administrativos e três discentes; a Comissão de acompanhamento e avaliação das Atividades Complementares, envolvendo três professores.

Quadro 1 - atividades do curso de arquivologia da UNIRIO

| Instância | Atribuições | Fonte de autoridade |
|--------------------------|--|----------------------------|
| Direção da Escola | 1. Planejar, coordenar, supervisionar e orientar as atividades acadêmicas e administrativas da Escola de sua competência, cumprindo e fazendo cumprir as deliberações do Colegiado | Resolução CONS |

| | | |
|-----------------------------|--|--|
| | <p>da Escola e as determinações dos Órgãos Superiores e da legislação vigente; 2. Convocar sempre que necessário e presidir as reuniões do Colegiado da Escola, cabendo-lhe o direito de voto, inclusive o de qualidade; 3. Encaminhar os relatórios das Comissões Internas de Avaliação dos Cursos de Graduação (CIAC), ao Decano do Centro Acadêmico; 4. Integrar o Conselho do Centro Acadêmico e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNIRIO;</p> <p>5. Avaliar, em sede de recurso, as deliberações da Comissão de matrícula e encaminhar ao Colegiado de Escola; 6. Acompanhar as atividades dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) dos Cursos de Graduação; 7. Administrar recursos humanos, financeiros e materiais no âmbito da Escola; 8. Implementar ações de transparência, fortalecendo a comunicação entre os membros da Escola; 9. Promover e implementar ações que fortaleçam a comunicação e parcerias com outras instituições; 10. Encaminhar às instâncias superiores, ao final de cada período letivo, o Relatório de Gestão do exercício anterior e o Plano de Atividades para o novo período; 11. Implementar as políticas da UNIRIO para o ensino, a pesquisa e a extensão na Escola, fortalecendo a interação entre as áreas; 12. Acompanhar a oferta dos componentes curriculares dos cursos no Sistema de Informações para o Ensino - SIE; 13. Zelar pelo cumprimento dos prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico da UNIRIO e nos calendários externos.</p> | EPE nº 4249/13 |
| Colegiado da Escola | Deliberar sobre as atividades acadêmicas, pedagógicas e administrativas no âmbito da unidade e é presidido pelo seu Diretor. | Art. 2º, inciso II, Resolução CONS EPE nº 4249/13 |
| Coordenação do Curso | <p>1. Coordenar, supervisionar e orientar as atividades acadêmicas, pedagógicas e administrativas do Curso de sua competência, cumprindo e fazendo cumprir as deliberações do Colegiado do Curso e as determinações dos Órgãos Superiores e da legislação vigente. 2. Convocar sempre que necessário e presidir as reuniões do Colegiado do Curso, cabendo-lhe o direito de voto, inclusive o de qualidade. 3. Convocar e presidir as reuniões do Núcleo Docente Estruturante (NDE). 4. Acompanhar os trabalhos da Comissão Interna de Avaliação de Curso (CIAC). 5. Solicitar aos Chefes de Departamento de Ensino, a cada semestre letivo, a oferta dos componentes curriculares do Curso, de acordo com o Calendário Acadêmico. 6. Encaminhar ao</p> | Art. 80 do Regimento Interno da UNIRIO e Art. 2º da Resolução CONS |

| | | |
|----------------------------------|---|--|
| | <p>Diretor da Escola, a cada semestre letivo, as demandas consolidadas para a oferta dos componentes curriculares do Curso. 7. Participar junto com o Diretor da Escola da elaboração dos horários dos cursos a serem submetidos à aprovação do Colegiado da Escola. 8. Supervisionar e consolidar a oferta dos componentes curriculares do Curso no Sistema de Informações para o Ensino - SIE. 9. Coordenar a matrícula e a inscrição dos estudantes nos componentes curriculares do Curso. 10. Integrar e presidir a Comissão de Matrícula. 11. Acompanhar o desenvolvimento acadêmico e pedagógico do estudante de acordo com as diretrizes dos órgãos de apoio pedagógico e ações de assistência estudantil da UNIRIO. 12. Integrar o Conselho do Centro Acadêmico, o Colegiado da Escola e a Câmara de Graduação. 13. Responsabilizar-se pelo fornecimento de dados relativos ao curso às Unidades Organizacionais internas e externas a UNIRIO. 14. Elaborar a programação acadêmica do Curso e submetê-la aos Colegiados do Curso e da Escola. 15. Propor, acompanhar e avaliar a execução do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), visando à melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão, em conjunto com o NDE, a CIAC, o Colegiado do Curso e o Colegiado da Escola. 16. Solicitar aquisição de material bibliográfico e material didático considerando as necessidades do Curso e o estabelecido pelos órgãos de avaliação ou de fiscalização profissional. 17. Manter atualizadas as bibliografias básicas e complementares dos componentes curriculares no PPC e na Biblioteca Central. 18. Recepcionar e acompanhar as atividades das Comissões do MEC ou de entidades de fiscalização profissional. 19. Zelar pelo cumprimento dos prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico da UNIRIO e nos calendários externos no que diz respeito a suas atribuições institucionais.</p> | <p>EPE nº 4102/1 3</p> |
| <p>Colegiado do Curso</p> | <p>I – fixar diretrizes e compatibilizar objetivos gerais e especiais das disciplinas que integram o Curso; II – supervisionar as atividades do Curso, propondo aos órgãos competentes providências para a melhoria do nível do ensino nele ministrado; III – opinar conclusivamente sobre currículo e pré-requisito, encaminhando recomendações ao Departamento competente; IV – opinar sobre a programação acadêmica, destinada a compatibilizar as ofertas das disciplinas originárias dos diferentes Departamentos que colaboram na ministração no Curso; V – opinar conclusivamente sobre assuntos de natureza didático-pedagógica do Curso; VI – promover atendimento às recomendações dos Departamentos, do Conselho do Centro e dos Colegiados Superiores sobre assuntos de interesse do Curso; VII – desempenhar outras tarefas inerentes às suas atribuições não especificadas no Regimento.</p> | <p>Art. 76, Regime nto Geral da UNIRIO</p> |
| <p>Núcleo Docente</p> | <p>a) Acompanhar a criação, implantação e consolidação do</p> | <p>Resolu</p> |

| | | |
|--|---|---|
| Estruturante - NDE | Projeto Pedagógico do Curso, do qual foi co-responsável por sua elaboração, contribuindo para a consolidação do perfil profissional do egresso do Curso; b) Atualizar, quando necessário, o Projeto Pedagógico e conduzir os trabalhos de Reforma Curricular para aprovação no Colegiado do Curso e nas demais instâncias; c) Analisar e avaliar o planejamento dos componentes curriculares como, por exemplo, disciplinas, estágios e atividades complementares, zelando pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; d) Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do Curso definidas pelo Colegiado e acompanhar a programação estabelecida a fim de superar os pontos frágeis do Curso apontados pelo processo avaliativo; e) Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades do Curso, de exigência do mercado de trabalho, e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento; f) Acompanhar as atividades do Corpo Docente, recomendando ao Colegiado do Curso a indicação ou substituição de docentes, quando necessário. | ção das CONS EPE nº 3.531/1 0 |
| Comissão de Matrícula | a) a orientação acadêmica do aluno no ato de sua inscrição em disciplinas, para o período letivo; b) a avaliação e a concessão de aproveitamento de estudos, que confere ao aluno, transferido ou graduado, a dispensa em disciplina(s) para fins de integralização curricular ; c) a análise da solicitação de prorrogação do prazo máximo de integralização curricular feita pelo aluno e o estabelecimento do número de períodos necessários para a prorrogação; d) o apoio aos alunos com rendimento escolar deficiente, investigando as causas dessa situação e propondo ações preventivas necessárias; e) a análise da situação acadêmica do aluno que apresente rendimento escolar deficiente e a emissão de parecer, fundamentando a indicação de jubilação; f) a análise e emissão de parecer nos processos relativos a ex-alunos que solicitem sua reintegração à Universidade/Curso; g) a análise e emissão de parecer nos casos de: revisão de nota, solicitação de nova avaliação, perda de prazo para a 2ª (segunda) chamada, perda de prazo para trancamento, perda de prazo para matrícula, e outros fatos relativos ao cotidiano acadêmico do aluno. | Ordem de Serviço PROG RAD nº 01, de 27 de dezemb ro de 2005 |
| Comissão Interna de Autoavaliação do Curso – CIAC | a) Estruturar o processo de autoavaliação das condições de implantação/implementação dos Cursos de Graduação pertencentes às Unidades Acadêmicas; b) Elaborar instrumentos de avaliação contendo as dimensões referentes às condições de infra-estrutura e atendimento nas Unidades Acadêmicas onde os cursos se efetivam, tendo como parâmetros as três dimensões constantes nos Instrumentos de Avaliação Externa elaborados pelo INEP: Organização | Resolu ção das CONS EPE nº 3.690/1 1 |

| | | |
|---|---|--|
| | Didático Pedagógica, Corpo Docente, Corpo Discente e Corpo Técnico Administrativo e Instalações Físicas; c) Analisar e sistematizar os dados, interpretando os resultados, para elaborar relatórios de autoavaliação e emitir pareceres sobre as dimensões que afetam a qualidade das atividades desenvolvidas nas Unidades Acadêmicas; d) Apresentar relatório de autoavaliação aos Colegiados dos Cursos da Unidade Acadêmica, aos Núcleos Docentes Estruturantes, à PROGRAD buscando-se contribuir com o processo de autoavaliação e aprimoramento da qualidade dos Cursos de Graduação na UNIRIO. | |
| Comissão de acompanhamento e avaliação das Atividades Complementares | Avaliar os requerimentos de registro de Atividades Complementares, submetidos pelos alunos do curso de Arquivologia, reconhecendo as experiências de enriquecimento curricular como complementação da formação profissional do estudante, computadas para integralização do currículo, conforme Projeto Pedagógico do Curso. | Ata 96ª/17 do Colegia do da Escola de Arquivologia |

Fonte: elaboração direta, 2018.

A figura abaixo ilustra a configuração da área de Arquivologia na estrutura organizacional da UNIRIO.



3 INSERÇÃO DO CURSO NAS REDES SOCIAIS

As redes sociais são uma dimensão da conexão contemporânea entre as pessoas ou organizações, por intermédio de relações nas quais valores e objetivos são compartilhados cada vez mais a partir do sistema global de redes interligadas de computadores com usuários no mundo inteiro. A característica de abertura e relacionamentos horizontais entre os participantes, cada vez mais, aponta para uma força na direção das redes sociais se constituírem em espaço fundamental de conformação e reprodução de identidades na contemporaneidade.

Para Marteleto as redes sociais são:

[...] sistema de nodos e elos; uma estrutura sem fronteiras; uma comunidade não geográfica; um sistema de apoio ou um sistema físico que se pareça com uma árvore ou uma rede. A rede social, derivando deste conceito, passa a representar um conjunto de participantes autônomos, unindo idéias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados. (MARTELETO, 2001, p. 72)

A comunidade de seguidores da Escola de Arquivologia nas redes sociais não está restrita aos docentes, discentes e funcionários da UNIRIO, uma vez que nossa audiência se expande por todas as regiões do Brasil. São pessoas posicionadas entre trabalhadores dos arquivos, instituições custodiadoras de acervos arquivísticos, associações de profissionais da área, alunos e professores das outras instituições de ensino de arquivologia no país, produtores de conhecimento arquivístico, usuários de arquivos e organizações servidas pelas funções arquivísticas.

A presença da Escola de Arquivologia nas redes sociais aponta para um espaço em que se produz e se reproduz tanto a preocupação com os arquivos, como a competência para o trabalho arquivístico, fazendo assim circular as diferentes representações da Arquivologia como área do conhecimento. A proposta é fortalecer a comunicação entre os membros da Escola, e sua comunidade ampliada, com ações a partir de postagens nas redes sociais.

Esta proposta encontra-se direcionada pelas orientações da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UNIRIO, atendendo às diretrizes emanadas do FORPROEX, referentes aos seguintes aspectos:

1. Interação Dialógica - a partir das redes sociais orientada ao desenvolvimento de relações entre a Escola de Arquivologia da UNIRIO e a comunidade arquivística brasileira, privilegiando a troca de saberes e a articulação entre os atores envolvidos.
2. Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade - quanto a interdisciplinaridade, o objetivo de intervenção social fundada na comunicação estabelece uma necessidade de acionar recursos teóricos e conceituais de diversas áreas do conhecimento para o devido enquadramento da questão. Desse modo, busca-se repercutir e mobilizar diferentes saberes e práticas em favor dos arquivos, da Arquivologia e dos arquivistas.
3. Indissociabilidade Ensino – Pesquisa - Extensão - o impacto dessa ação extensionista é decisivo na formação do estudante na medida em que

promoverá contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos, políticos e éticos.

4. Impacto na Formação do Estudante – Essa ação constitui-se em um mecanismo por meio do qual se estabelece uma interação na comunidade arquivística de maneira ampla e conectada com o fortalecimento e visibilidade da Arquivologia.
5. Impacto e Transformação Social - a dimensão transformadora está evidenciada na divulgação da Arquivologia para um público amplo sendo um exercício claro da transmissão para a sociedade de nossa produção científica na área, fundamental para a construção da memória social. Essa ação extensionista contribui para o esclarecimento da função social do campo dos arquivos. Essa dimensão divulgadora faz com que se consiga atingir a um público cada vez maior para os serviços arquivísticos.

Na página da Escola de Arquivologia da UNIRIO no Facebook (<https://www.facebook.com/arquivologiaunirio/>) são postados debates acadêmicos sobre a área; discussões afetas à profissão; esclarecimentos sobre o funcionamento do curso; divulgação de eventos e acontecimentos no campo. A operacionalização dessa ação encontra-se na divulgação diária dos eventos e dos acontecimentos na área a partir do Alerta Google para termos “arquivos”, “Arquivologia” e “arquivista”; elaboração de uma postagem semanal, a partir de cada uma das normativas acadêmicas vigentes na UNIRIO, incluindo arte visual e resumo da aplicabilidade da norma; seleção e elaboração de postagem diária de uma publicação da área de arquivologia disponível na internet, envolvendo resumo do conteúdo e arte visual com o objetivo de fomentar a leitura entre os estudantes.

4 PROBLEMATIZANDO A COMUNICAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

A designação atualidade pode ser uma opção para indicar a contemporaneidade como perspectiva de enquadramento histórico do presente. Esse enquanto um raio de tempo do qual nos sentimos parte. Nessa direção, a intenção de abordar o contemporâneo, criticamente, implica recortes estratégicos capazes de isolamentos de aspectos a serem tematizados, bem como o nível de formulação das questões.

Assim, diante da necessidade de decidir por uma tática de penetração nas vias de

elucidação do pensamento contemporâneo e das redes sociais, logo se constata alternativas de esquemas explicativos da realidade: teorias sobre a constituição do social com uma matriz econômica; modelos de representação da sociedade pela via cultural; e, parâmetros argumentativos que enfatizam o desenvolvimento técnico e tecnológico.

Desse modo, um ponto de partida para uma viagem que objetive traçar características de uma atualidade da qual não se tem distanciamento, incluindo um papel fundamental da informação na constituição da realidade, pode ser o caso de empreender uma arqueologia da vigente noção de comunicação e informação. Portanto, a configuração de um cenário atual é buscada evitando radicalidades que qualifiquem esgotamentos absolutos de referenciais ou insuficiência plena das categorizações produzidas pela modernidade. Desvia-se também do delineamento abrupto de uma nova situação histórica resultantes de misturas inéditas de natureza, sociedade e tecnologia. Desse modo, alinha-se com a admissão da possibilidade de compreensões com potência de apreender processos político-econômicos da atualidade. Daí, a formulação de algumas provocações quanto à invenção do informacional.

Primeiro, será que a invenção das redes sociais inscreve-se numa dita revolução tecnológica? A convergência de tecnologias teria imposto o desenvolvimento da telemática enquanto comunicação à distância com um conjunto de serviços informáticos servindo-se das telecomunicações e estabelecendo uma rede universal.

Ou, será que a invenção das redes sociais encontra-se num quadro de institucionalidades normativas para intervenção gestora na produção de sentido que acontece no mundo da vida? Se uma primeira ordem de representação de realidade tem seu lugar num viver cotidiano, as técnicas institucionais de fixação dessas representações permitem um segundo grau de representação de realidade numa disponibilidade registrada como instância de gestão.

Ou, será que a invenção da informação, e das redes sociais, reporta-se a um plano do pensamento contemporâneo em que a mesma torna-se “sucedâneo da verdade”? (FERNANDES, 2004) Se a busca pela verdade norteou os processos históricos do desenvolvimento de conhecimentos e funcionamento social, a informação coloca-se no lugar de constituinte da realidade.

Ou, será que a invenção da informação estaria na objetivação de níveis operatórios da linguagem por intermédio das mediações tecnológicas para comunicação? O ambiente informático como um exemplo em que o empacotamento de uma fixação do uso social da linguagem acontece em múltiplas camadas.

Ou, será que a invenção da informação está no surgimento de metodologias de

representação dos registros de conhecimento científico no quadro dos sistemas para recuperá-los a partir da presença de uma ausência passível de formulação? Quer dizer, o sistema de recuperação de informação é entendido como representação de uma mediação que é intervenção por intermédio de ações informacionais no contexto de outras práticas sociais de comunicação que tendem anteceder-lo. Considera-se a possibilidade modelizadora do desejável fluxo de informação por meio do controle sistêmico de processos comunicacionais dentro do domínio de uma institucionalidade.

Em *A invenção da comunicação*, Mattelart (1994) faz uma arqueologia da noção atual de comunicação. Trabalha com quatro vias de compreensão. Primeiro as analogias para apreensão dos movimentos do mundo social, no sentido de perceber o pensamento de domesticá-lo com figuras naturais. O segundo viés é o das doutrinas políticas da universalização, idéias de associação universal. Em terceiro, a questão geopolítica. Quais são os antecedentes históricos de um pensamento estratégico estruturado? As motivações de hierarquização do mundo por intermédio de uma matriz simbólica. O quarto espectro explicativo passa pelas formulações de totalidades dos indivíduos por meio de medidas, o desenvolvimento de saberes que configuram realidades para a intervenção gestora.

Esses movimentos de impor analogias do mundo natural ao social, o século XVIII pode ser caracterizado pelos trabalhos de representação sistemática do território. Nesse quadro, convoca-se o engenheiro para corrigir os defeitos da natureza e permitir as pontes de comunicação que aproximam os homens. A comunicação aqui sugere essencialmente o comércio, as trocas, os contatos, o que remete aos usos de mapa como meio de registro e memória de um saber que resulta da experiência e pode ser fixado numa exterioridade. O elemento de fundo desses movimentos no social é a metáfora do organismo na leitura do mundo, quer dizer, identifica-se na dimensão do pensamento como a noção de organismo promove uma integração racional como figura de organização que estabelece regularidade orgânica no mundo social com a lógica do corpo. Nesse prisma, encontram-se os estudos de Foucault demonstrando a trajetória histórica dos séculos XVI-XIX com o estabelecimento de uma anatomia do corpo social por meio de conjuntos de procedimentos controladores que podem ser entendidos como tecnologias de poder.

Outro aspecto que Mattelart (1994) associa a essa representação fisiológica do social é a chegada da locomotiva e do telégrafo elétrico ainda no século XVIII, esses entendidos naquele contexto como as veias circulatórias de um “sangue” econômico de produção e partilha (comunhão, comunicação, relacionadas). Mais ainda, a instauração de uma uniformidade métrica como utensílio de pensamento espacial unificado. Assim, a emergência

de uma escrita que pretende espelhar o todo social. Além disso, um sutil jorramento do orgânico em mecânico. Esse último atingindo a compreensão da língua em níveis isoláveis: “uma língua operatória, que é compreensível pelos que fazem funcionar os dispositivos, e uma língua de conteúdos que só é dominada pela Administração”. (p.73)

Assim, para perspectivar o trajeto constitutivo do comunicacional a partir de uma genealogia das imagens orgânicas de representação do mundo social, o século XIX é marcado pelo surgimento de teorias sociais e uma permanência das figurações naturais com alguns deslizamentos. O organismo social tem seu atributo de funcionamento sistêmico e vias de comunicação informacional, ou seja, teoriza-se a instância organizacional, essa em que a divisão do trabalho sistematiza um conhecimento de coordenação e gestão dos “fazeres”. Portanto, a alternativa de resgatar essas considerações explicativas de uma domesticação dos fluxos e da sociedade em movimento como um corpo social demonstra a emergência de uma concepção comunicacional no funcionamento orgânico em que há circulação de informação.

O viés explicativo de Mattelart (1994) para o informacional é o ideário político na *invenção da comunicação*. Essa autor dá visibilidade ao engajamento das visões utópicas formuladas na direção de um progresso. Claude Henri de Saint-Simon (1760-1825) é tido como um emblema de doutrina em que se enfatiza o otimismo na exploração do globo em substituição do homem explorado. Nesse caso, uma equivalência simbólica do Estado como organismo-rede capaz de promover o progresso. Uma sociedade industrial fundada na possibilidade de comunicação entre locais geográficos.

Nesse sentido a articulação da materialidade dos centros de produção, vias de transporte e lugares de comercialização instituem a abstração de um espírito comunicacional. O preço das mercadorias como linguagem universal e “lugar-comum” de mediação simbólica. A comunicação no plano de salvação do mundo tem a ver com o *religare* da palavra religião e “nunca existiu um instrumento tão poderoso de ligação de povos dispersos”. (Ibdem, p.135) Eventos como, por exemplo, a Exposição Universal que acontecia no século XIX configura um imaginário de rede de comunicação na “busca de um paraíso perdido da comunidade e da comunhão humanas”. (Ibdem, p.156) Desse modo, uma prótese do social na possibilidade de construir uma ligação universal por meio artificial. A comunicação “como utensílio de um globo solidário” (Ibdem, p.11) em que o surgimento das técnicas de mediação de relações internacionais e interculturais são entendidas no prisma de utopias.

A terceira via explicativa de Mattelart é da constituição do geopolítico na invenção da comunicação. Trata-se de uma gênese do pensamento estratégico na configuração de algumas mudanças sócio-culturais durante o século XIX. O entendimento de um Europa que

estabelece uma matriz de capitalismo com dimensões mundiais. São agências de comércio e finanças no domínio de um mercado mundial em que se objetiva uma informação que é fixação de “saberes” sobre “fazeres”. Informação comercial que significa um saber registrado sobre meios de locomoção, modos de vida e organização urbana para conquista de mercado.

Nessa perspectiva, são estratégias e táticas de controle que permitem subjetivações do todo social para a intervenção de propagandas comerciais. Aqui o deslocamento de uma exclusividade do termo informação das esferas da língua da imprensa e da instrução judiciária para uma teoria do codificar sinais que empacotam informações para o transmitir.

O aprofundamento de tal análise é “a história de uma normalização, do indivíduo calculável” (Ibdem, p.12). Impõe-se aspectos da invenção do homem socialmente medido, saberes sobre os movimentos humanos e configuração de maiorias para a ação publicitária. É a formulação teórica de médias capazes de conferir identidade em massas de indivíduos. Métodos de objetivação de homens e coisas em suas relações. Emergência de uma filosofia de risco que se atém a pura materialidade de fatores que possibilitem uma noção de previsibilidade, conseqüentemente o *seguro* como tecnologia de compensações dos riscos. Inclusive o alargamento da função de memória do arquivo no sentido de fixar representações documentais do funcionamento das organizações com a utilidade de previsão de futuro, quer dizer, um procedimento de hipótese dedutiva que constrói conhecimentos sobre uma realidade social fundados num sistema de postulados a partir do “ontem da sociedade” que foi documentado.

Esse estatuto de uma industrialização da cultura que se difunde na sociedade durante o século XX caracteriza comportamentos e estilos de vida consumidores de divertimentos *suportados* pela informação. Uma lógica massificada da cultura em que o marketing e a publicidade cimentam uma “vontade geral” economicamente explorada. Por outro lado, esse é um movimento que comporta contradições no tocante às aspirações e fantasias democráticas de expandir uma cultura erudita remediando desigualdades culturais. Esses aspectos delineiam enfrentamentos entre “mercadorização” da cultura com parâmetros de universalidade mercantil e a dimensão do território do Estado-nação com sua cultura pública.

A partir dessas compreensões, explica-se “as primeiras tensões entre a dispersão das culturas populares e o projeto centralizador da cultura industrializada, entre o local e o transnacional no cotidiano”. (Ibdem, p.357,358) A emergência de uma técnica de contabilizar analiticamente informações que identifique o *mercado* para conhecê-lo pragmaticamente com divisões, segmentações numa arte de gerir opinião “contribui para

deslocar o centro de gravidade do controle social do trabalho para o divertimento, do esforço para o prazer, do fato para o onírico, do racional para o desejo”. (ibidem, p.364)

Por fim, os deslocamentos conceituais operados pela análise de Mattelart (1994) enfatizam que “o esquema de relações internacionais emergente escora-se nas tecnologias de informação.” (p.375).

Nessa inflexão em que uma situação contemporânea dá ao informacional, e as redes sociais, o papel de “expressão metafórica de operações ou domínio de integração sobre os conhecimentos ou sobre a linguagem e suas inscrições” (GONZALEZ DE GOMEZ, 2006, p.30) sugere-se a relevância dos estudos como o de Mosco (2006) aspirando uma análise de aproximação do econômico e do político pensando as relações sociais, sobretudo de poder, que constituem a produção, distribuição de recursos cada vez mais inscrito numa matriz simbólica, ou seja, tematizar uma economia política da informação.

Nesse prisma, reconhecer uma autonomização temática do informacional enquanto domínio da política no quadro histórico do pós Segunda Guerra. Primeiro o Estado na condição de principal agente de produção e usos da informação. Por outro lado, dinâmicas econômicas revertendo a pujança das iniciativas dos sistemas nacionais de informação concedendo espaços aos discursos e abordagens de uma conjuntura tecnológica para comunicação e informação com potência de instrumentalização pelas manifestações culturais e orientação de sucesso para as organizações dos negócios. Uma situação histórica em que o informacional é a especificidade de uma constituição de organização social com uma ordem de fixação das representações de realidades passíveis de transmissão, usos e re-utilizações; novos desdobramentos nas articulações entre economia, tecnologia e informação.

Desse modo, a noção redes sociais alinha-se a esse viés explicativo. Ou seja, identificação de um plano discursivo capaz de mobilizar um domínio coletivo com um funcionamento de contingências e convergências que objetiva organizar, processar e distribuir informação, portanto,

constituiria uma intervenção na ordem da cultura, do conhecimento, da linguagem, mas também nos negócios e nas atividades produtivas; nela aconteceriam tanto interações mediadas pela linguagem e outros processos simbólicos, quanto processos que envolvem a constituição e circulação de valores econômicos (GONZALEZ, 2006, p.45).

Com um olhar cético, a perspectiva de análise de Agamben (2007) é o desvelamento das instituições sociais da atualidade a partir da formação de um excedente de significação sem denotação real, o que pode ser percebido por intermédio da seguinte analogia: “o direito,

suspendendo os usos e os hábitos concretos dos indivíduos, pode isolar algo como a norma”. (p.59) Enfim, um domínio de normalização para o enquadramento das atividades concretas da vida cotidiana numa violência enunciativa artificialmente produzida num estado de exceção.

Nessa altura, as possibilidades de ampliação das questões postas sob visibilidade nessa viagem sobre a invenção da informação recaem sobre as chances de mobilizar uma teoria das ações comunicativas como constitutivas, e chave explicativa, das realidades contemporâneas em sociedade.

Habermas (1981) trabalha com uma teoria social na qual se inscreve a questão da comunicação numa esfera de ação, busca-se um esquema de explicação de mundo por meio de uma análise que concede centralidade a perspectiva das ações comunicativas.

A perspectiva de Habermas supõe as possibilidades de consenso supra contextualista ou para além de iluminista e tenta formular uma racionalidade ampliada que tributa ao entendimento linguístico uma condição fundamental para acordos resultantes de uma ação linguística voltada ao entendimento.

Esse autor aborda o pensamento contemporâneo a partir de uma teoria social em que a informação pode ser um uso social da linguagem que se inscreve na própria constituição da realidade. Assim, talvez uma apropriação de aspectos do pensamento habermasiano para uma demonstração do informacional na temática da linguagem e de uma teoria social que possa significar uma apresentação crítica do informacional num quadro epistemológico alternativo para a ciência da informação .

Habermas apresenta uma teoria da ação comunicativa operando uma análise propositiva de mudança de paradigma: da atividade teleológica (estratégica) para a ação comunicativa; dá importância para a intersubjetividade; critica a uma razão instrumental. Assim, quer tratar de estabelecer a tipologia de uma sociedade com funcionamento orgânico sem que haja um centro exercendo poder absoluto de ação sobre o resto, o que se difere do modelo sistêmico na medida em que a interação social não está sob base causal e linear. E idealiza uma interação comunicativa.

Falo em agir comunicativo quando os atores tratam de harmonizar internamente seus planos de ação e de só perseguir suas respectivas metas sob condição de um acordo existente ou a se negociar sobre a situação e as consequências esperadas[...] O agir comunicativo pode ser compreendido como um processo circular no qual o ator é as duas coisas ao mesmo tempo: ele é o iniciador, que domina as situações por meio de ações imputáveis; ao mesmo tempo, ele é também o produto das tradições nas quais se encontra, dos grupos solidários aos quais pertence e dos processos de socialização nos quais se cria. (HABERMAS, 2003, p. 165).

Desse modo, se nas sociedades modernas a vida social se constitui numa divisão social do trabalho, há ainda uma base coletiva de consciência moral de solidariedade. Apesar de a divisão de trabalho ajudar na formação de um mecanismo sistêmico - o mercado - também se reconhece que há uma mecânica sistêmica numa consciência coletiva de base moral transformada em estrutura.

Nessa direção, acredita-se existir uma conexão entre sistema social e formação de uma moral capaz de servir autonomamente de base de integração social. Uma constituição de realidade social na interação de ações de entendimento atingidas por meio da comunicação. Aqui, distinção entre interação social e integração sistêmica. As relações entre o conceito de sociedade como sistema e sociedade como mundo da vida. Pensar os participantes de uma interação dispondo de significados intencionalmente mobilizados, mas pressupondo que se entenda a sociedade, simultaneamente, como sistema e mundo da vida.

Distingue-se entre racionalização do mundo da vida e aumento de complexidade do sistema. Mundo da vida tanto como horizonte em que agentes comunicativos se movem como também espaço alterado por esse mover. O conceito de mundo de vida quer apreender estruturas em que mundos de vida e formas de vida particulares se apresentem interativamente.

Nesse sentido, há uma busca de entendimento na ação comunicativa que significa obter acordo entre os participantes em uma comunicação sobre a validade de uma emissão. Acordo como reconhecimento da pretensão de validade do falante, por exemplo. Isso num quadro de intersubjetividade com um sistema de referência em que participantes de uma comunicação mobilizam numa dada situação. E nessa perspectiva situacional, o mundo da vida aparece como um depósito de auto evidências ou de convicções inquestionáveis.

O mundo da vida como um acervo de interpretação transmitido e organizado cultural e linguisticamente. E agentes comunicativos se movem dentro de um horizonte que é seu mundo da vida. Esse conceito de ação comunicativa comporta enquadramentos situacionais em teleológico e comunicativo. Entendendo que a situação representa um fragmento do mundo da vida delimitado em vista de um tema e sua interpretação usa o acervo de saber de que o ator já dispõe em seu mundo da vida. Saber construído de experiências em outro tempo, mas com uma atualidade ajustada de acordo com a relevância que esse saber obteve. A experiência individual está socialmente organizada.

As estruturas gerais de mundo da vida estão dadas como condição subjetiva necessária para experiência no mundo da vida social em que se tem configuração histórica e concreta. A questão de como sujeitos diversos podem compartilhar um mesmo mundo da vida -

intersubjetividade - não é entendido como um problema.

A tensão entre análise fenomenológica e teoria sociológica da ação é apresentada nas estruturas do mundo da vida recorrendo diretamente as estruturas da intersubjetividade lingüisticamente geradas, sendo reflexo de estruturas de vivências subjetivas de ator solitário. O mundo da vida é idealizado na constituição de uma rede intuitivamente presente, familiar e transparente para emissão de sentido com validade. Assim, um mundo da vida a priori inscrito socialmente na intersubjetividade com entendimento lingüístico. A sua estrutura básica de realidade nos é comum a todos. Ainda que haja a perspectividade da percepção e interpretação, a comunidade descansa sobre o consenso que existe, em um acervo cultural de saber que os membros compartilham.

A análise do mundo da vida tenta reconstruir a perspectiva dos membros do grupo mas também da consciência coletiva, uma compreensão da prática comunicativa cotidiana em duas perspectivas. Nesse sentido, indivíduos e os grupos se afirmam dominando situações, cabendo aos meios de linguagem a reprodução do mundo da vida. A ação comunicativa propicia o funcionamento renovado das tradições e saberes numa integração social sustentada pela solidariedade. Esses processos de reprodução cultural, integração social e socialização correspondem os componentes estruturais do mundo da vida que são cultura, sociedade e personalidade.

Habermas acredita superar, por meio ação comunicativa, o particularismo de cada consenso em favor de uma transcendência lingüística de entendimento – possibilidade de domínio do agir comunicativo. De alguma forma, procurar iluminar a não-transcendência do sujeito, por um lado, e a transcendência da linguagem, por outro. Habermas acredita numa racionalidade que emerge da ação lingüística.

Além de esboçar alguns aspectos de Habermas que configuram uma teoria social contemporânea, trabalha-se também com autores que demonstram a existência de características específicas da atualidade. Esse exercício foi realizado com a intenção de perceber o quanto o discurso do informacional tem sido apresentado dentro de uma proposta de entender o momento atual como sendo da sociedade das redes sociais.

Em Castells (2002) caracteriza-se parte dessas na perspectiva de uma revolução das tecnologias da informação e comunicação. Alterações matriciais que configuram deslizamentos de uma base material para parâmetros representados pelas tecnologias de informação. Trata de um domínio informacional em que há um estabelecimento de padrões digitais na instância da linguagem que permite

velozmente armazenagem, processamento e transmissão de informação. Castells descreve uma retro-alimentação nas aplicações da informação e do conhecimento. A formação de dispositivos cíclicos entre a inovação e seu uso. Desse modo, Castells propõe o entendimento de que há um conjunto de elementos indiciais de uma revolução no quadro das tecnologias da informação, sobretudo interessado também em compreender que

A inovação tecnológica não é uma ocorrência isolada. Ela reflete um determinado estágio de conhecimento; um ambiente institucional e industrial específico; uma certa disponibilidade de talentos para definir um problema técnico e resolvê-lo; uma mentalidade econômica para dar a essa aplicação uma boa relação custo/benefício; e uma rede de fabricantes e usuários capazes de comunicar suas experiências de modo cumulativo e aprender usando e fazendo. (CASTELLS, 2002, p. 73).

Castells acredita na emergência de uma atualidade em que transformações tecnológicas para gerar, processar e transmitir informação emolduram um novo padrão sociotécnico. Ele assegura que houve uma convergência de tecnologias eletrônicas capazes de tornar viável um inédito espectro de comunicação interativa dês-localizada.

A tecnologia digital permitiu o empacotamento de todos os tipos de mensagens, inclusive de som, imagens e dados, criou-se uma rede que era capaz de comunicar seus nós sem usar centros de controles. A universalidade da linguagem digital e a pura lógica das redes do sistema de comunicação geraram as condições tecnológicas para a comunicação global horizontal. (CASTELLS, 2002, p. 82).

Entende-se que há uma sociedade contemporânea em redes, e mais: reconhece a autonomia de dois movimentos. Por um lado, o desenvolvimento das tecnologias de informação, por outro, permanência ajustada de antigas tecnologias de poder.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, no curso de Arquivologia da UNIRIO, há um processo de intensificação do uso das redes sociais como canal para divulgar os eventos e os acontecimentos na área, esclarecer sobre normativas acadêmicas vigentes na UNIRIO, além de indicar textos com o objetivo de fomentar a leitura entre os estudantes.

Nota-se a consolidação do processo de autoavaliação periódica do curso pela CIAC como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento e apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica. Nesse sentido, observa-se o aprimoramento nas estratégias relacionadas às práticas pedagógicas que estimulem mais autonomia do discente em uma relação teoria-prática.

Portanto, há uma gama de possibilidades apresentadas a partir do contexto das redes sociais, que tem início na sua criação enquanto canal de informação, mas que vai além, atingindo também outras dimensões acadêmico-administrativas, contribuindo para potencializar ainda mais os processos de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Biotempo, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede** (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1). 6ª edição revisada e ampliada. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FERNANDES, Geni Chaves. **A ameaça**: tempo, memória e informação. Tese de doutorado em Comunicação. Brasil: UFRJ, 2004.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Informação como Instância de Integração de Conhecimentos, Meios e Linguagens. Questões epistemológicas, Consequências Políticas. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill.(org). **Políticas de memória e informação**: reflexos na organização do conhecimento. Natal:EDUFRN, 2006, p. 29-84.

GORZ, André. **O imaterial**. São Paulo: Annablume, 2005.

HABERMAS, Jürgen. Sistema y mundo de la vida. In: **Teoría de la Acción Comunicativa**: Complementos e Estudios Previos. Madrid: Ediciones Cátedra, 1994, p. 161-280.

_____. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais - aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, [s.l.], v. 30, n. 1, p.71-81, abr. 2001.

MATTELART, Armand. **A invenção da comunicação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

MOSCO, Vicent. Repensando e renovando a economia política da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**. v.3, n.2, 1998.